

**ATO DPGE Nº 41 – DPGE, DE 10 DE JULHO DE 2024**

*Dispõe sobre a criação, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, do Conselho de Integridade, Governança e Transparência com o objetivo de assessorar o Defensor Público Geral na formulação, implementação e monitoramento de práticas de governança no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.*

**O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 134, §2º, da Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 110, parágrafo único, da Constituição do Estado; arts. 17, incisos I e VI, da Lei Complementar nº 19 de 1994 do Estado do Maranhão;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 5º, XI, alínea c do Regimento Interno, que dispõe a competência do Defensor Público-Geral em expedir atos e instruções para execução das leis e regulamentos no âmbito da Defensoria Pública;

**CONSIDERANDO** que, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, a Defensoria Pública goza de autonomia funcional, administrativa e orçamentária, competindo-lhe a organização e estruturação de seus serviços internos, bem como, observadas as disposições legais de regência, dos procedimentos administrativos necessários à consecução de suas atribuições;

**CONSIDERANDO** o princípio constitucional da eficiência e os demais princípios que regem a boa governança e gestão na Administração Pública;

**CONSIDERANDO** a importância de aprimorar o Sistema de Governança e Gestão da Defensoria Pública do Estado do Maranhão de forma que proporcione a melhoria do atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas;

**CONSIDERANDO** os princípios de legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e *accountability*, disseminados pelo Tribunal de Contas da União e dos Estados;

**RESOLVE**

**Art. 1º.** Fica instituído o Conselho de Integridade, Governança e Transparência, com o objetivo de assessorar o Defensor Público Geral na formulação, implementação e monitoramento de práticas de governança no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

**Art. 2º** Ao Conselho compete:

I – fortalecer estruturas e funções de integridade e de governança;

II - propor medidas, mecanismos e práticas organizacionais para o atendimento aos princípios e às diretrizes de governança pública;

III – sugerir e monitorar a aplicação das melhores práticas de governança na Defensoria Pública do Estado;

IV – minutar normativas que contribuam para formulação de ações com intuito de trazer melhorias na gestão pública, prover maior transparência, governo aberto e acesso à informação pública;

V - incentivar ações que visem promover a integridade de membros(as), servidores(as) e demais colaboradores(as);

VI - sugerir ações que visem valorizar a troca de experiências, a transferência de tecnologia, a capacitação e a articulação interinstitucional;

VII - debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e fomento de políticas e estratégias, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão;

**Art. 3º** O Conselho é composto:

I - pelo (a) Chefe de Gabinete do Gabinete da Defensoria Geral, que funcionará como seu presidente;

II - pelo (a) Chefe da Assessoria Jurídica;

III – pelo (a) Chefe do Departamento de Controle Interno;

IV – pelo (a) Chefe de Gabinete da 1ª Subdefensoria Geral;

V- pelo (a) Supervisor (a) de Monitoramento e Avaliação das Atividades Administrativas.

VI - pelo (a) chefe do setor de RH.

**Art. 4º** O Conselho se reunirá, em caráter ordinário, uma vez ao mês e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu Presidente.

**Art. 5º** As reuniões do Conselho ocorrerão presencialmente, por videoconferência ou de forma híbrida, conforme decisão de seu Presidente.

**Art. 6º** A Secretaria-Executiva do Conselho será exercida pelo(a) Chefe de Gabinete da 1ª Subdefensoria Geral.

**Art. 7º.** A participação no Conselho representa serviço extraordinário às funções ordinárias dos ocupantes dos cargos.

**Art. 8º.** Este Ato Regulamentar entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Defensoria Pública Geral do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de julho de 2024.

**GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES**  
**Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão**

*Av. Júnior Coimbra, S/N, Renascença – São Luís/MA*  
*Telefone: (98) 3221-1343 - defensoria.ma.def.br*